NOTA DE PESQUISA

CLIO NEGRA PARA UMA NAÇÃO MULTICOR: A ESCRITA DA HISTÓRIA NA IMPRENSA NEGRA 1926-1937

João Paulo Lopes

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
jopalop@gmail.com

Resumo:

Estas notas de pesquisa fazem uma breve análise da atuação de alguns ativistas negros na imprensa, no Brasil, durante os anos 1920 e 30, a partir da leitura de dois jornais, *O Progresso* e *A Voz da Raça*. A partir da discussão de Kathryn Woodward, Stuart Hall e Gayatri Spivaki procuramos ver como o uso da história serviu à discussão da identidade e da nação brasileira pelos ativistas em questão. Usando dessa estratégia na construção de uma identidade para si, enquanto grupo social distinto e uma identidade coletiva que coubesse na ideia de nação, reconstituída no período.

Palavras-chaves: História; Nação; Identidade Negra; Imprensa Negra.

Abstract:

These research notes are a brief analysis of the performance of some black activists in the press in Brazil during the 1920s and '30s, from the reading of two newspapers, *O Progresso* and *A Voz da Raça*. From the discussion of Kathryn Woodward, Stuart Hall and Gayatri Spivaki we try to see how the use of history served the discussion of identity and Brazilian nation by activists concerned. Using this strategy to build an identity for you as a distinct social group and a collective identity that fits the idea of nation, reconstituted in the period.

Keywords: History; Nation; Black Identity; Black Press.

Introdução

Ainda hoje, no início do século XXI, o racismo institucionalizado, interdito, à *brasileira*, ou mesmo os casos escancarados são uma realidade bastante vil da nossa sociedade. Embora no cotidiano seja pouco admitida, ou quando admitida, tenta-se passar a ideia de que são exceções à regra de uma suposta democracia racial. Porém negros e mulatos são alvo de comportamentos preconceituosos por toda a parte; seja por agentes do Estado ou em vários espaços, como os do trabalho, na Justiça, no *mass media*, na imprensa. Um círculo vicioso que ajuda a fincar estereótipos nefastos e a afundar a realidade de discriminação e preconceito.

Paralelo a isso, a rede mundial de comunicação virtual, a internet, se torna a cada dia um campo fértil para a manifestação de pensamentos racistas de toda a sorte, tendo em vista a possibilidade do anonimato dos autores de mensagens de incitação ao ódio racial. Ainda, acompanha essa descrição, a exclusão e a injustiça social e econômica a que uma considerável parte dos negros e mestiços do país estão submetidos, o que as estatísticas oficiais não deixam mentir. Embora, uma condição de ascensão social e revés da situação se experimentara, timidamente, ao longo das últimas décadas pelas camadas negras e mulatas da população brasileira. Assim como o avanço de políticas públicas de ações afirmativas que a médio prazo tendem a reverter - um pouco - esse quadro secular.

Em retrospectiva, se fizermos uma comparação, a vida para a população descendente de africanos não deve ter sido nada fácil nos anos e décadas após a Abolição da Escravidão de 1888. O ranço da pecha de ex-escravos e o racismo cada vez mais disseminado na medicina, na política, na literatura, na imprensa, na justiça, fomentaram e alimentaram uma realidade de mais exclusão e preconceito aos afrodescendentes. Realidade que a liberdade do cativo não apagou e nem minou. A desigualdade econômica, a falta de políticas públicas para essa população por parte do Estado, a falta de escolarização e de qualificação formal para o trabalho, a negação ao acesso à terra, e a violência generalizada – simbólica e real - contribuíram para piorar esse quadro.

No entanto, mesmo antes da Abolição, surgiram grupos e associações negras no embate público em prol do fim da escravidão no país, ou até mesmo como espaço de sociabilidade dos negros e negras, como o caso das irmandades do período colonial. No pós-abolição esses grupos cresceram e se articularam em meio às tentativas de

modernização que se esperava do país, sob o regime republicano e adentrando o século XX. Principalmente nos centros urbanos mais populosos e nos estados de maior incidência da população afrodescendente, o ativismo negro se tornou uma realidade. O protagonismo de ativistas negros, à frente dessas instituições, promoveu uma visibilidade aos mesmos e uma singularidade nunca antes vista no país.

Podemos dizer que os jornais, voltados para o público negro, foram espaços privilegiados para a construção de um discurso paralelo ao oficial e/ou intelectualmente predominante.¹ Nas publicações é relevante tomar nota que por elas também se permite outra visão sobre o negro: de pensadores e de formadores de opiniões, de ativistas e promotores do debate intelectual. Tanto no que diz respeito ao trabalho, que é valorizado como obra de construção nacional, sob a responsabilidade da população negra ao longo dos quatro séculos anteriores. As páginas dos jornais da imprensa negra também abordavam a produção, criação e circulação de uma cultura negra, assim como a conformação de certo tipo peculiar de comportamento social e a importante invenção de uma linhagem formada por ícones negros, alçados à condição de heróis nacionais.

Os anos 20 foi um momento de inflexão, onde a promessa de um novo discurso de identidade nacional brasileira foi se repaginando, sob o prisma da redenção e aceitação da ideia de uma sociedade miscigenada, étnica e culturalmente. Era um contraste frente aos discursos nacionalistas predominantes de antes, que sujeitavam à camada negra e mestiça um forte teor negativo e pejorativo. O racismo científico sustentava a ideia de uma hierarquia entre supostas “raças”, o que para boa parte das cabeças pensantes do país atreladas às teses eurocêntricas relegava ao Brasil um *status* menor no concerto das nações.² A mudança em curso se faz, paulatinamente, nos

1 Muito embora em São Paulo houvesse o maior número de publicações da imprensa negra, vemos como se organizou uma rede de intelectuais e ativistas negros na região Sul, no Nordeste e no Sudeste, incluindo os estados de São Paulo, Minas Gerais e a capital federal, entre o período que vai de meados da década de 1920 até o início do regime estado-novista. Em 1937 o movimento negro, que crescia e fortalecia-se, sofreu um golpe com o fechamento do governo Vargas, e o escancaramento de sua face ditatorial, que repreendeu, censurou, prendeu, exilou e baniu os movimentos sociais, como no caso do fechamento da Frente Negra Brasileira. A FNB a essa altura já havia se tornado um partido político e pretendia disputar as eleições de 1938, angariando, disputando e orientando o voto da população negra para as pautas contra o preconceito e a elevação moral do homem e mulheres negros. Não só a FNB foi fechada como diversos espaços e partidos políticos, assim como os órgãos de imprensa, que senão foram fechados sofreram cerceamento por conta da censura. As investidas da ditadura estado-novista contra o campo político e o campo intelectual também atingiram, em cheio, o incipiente movimento negro.

2 As obras referenciais de Nina Rodrigues, Silvio Romero e Oliveira Vianna são o tripé das análises sociológicas e históricas que tomam o racismo científico como metodologia preferencial. Cada qual dos três autores chegaram a resultados e propostas diversas em suas análises sobre o tema, são

estudos e criações em que o protagonismo de mestiços e negros vai se tornando objeto importante e a regra. As várias obras artísticas, musicais e literárias do período readéquam o discurso raciológico de exclusão e queda, que lidou com os negros e mestiços do país como sinal de atraso e entrave ao completo processo civilizatório. No campo dos estudos sociais também se verificou um caminho de novas análises sobre a população negra e mestiça do país, da valorização da sua cultura e sua contribuição na formação nacional.

Mas o problema que inspira a pesquisa aqui proposta foi indagar o que a comunidade negra pensava e dizia a respeito das novas análises que traçavam e punham em xeque a nação, quando ela mesma era redimida e apreciada positivamente pelos novos paradigmas? Qual o protagonismo e a participação efetiva de setores negros na construção de uma narrativa de autorrepresentação e de promoção de uma identidade para si mesmo, em um contexto de forte racismo e discriminação de todas as formas? Se existia uma intelectualidade negra ou associações e organizações dirigidas por essa camada da população como articularam o seu ponto de vista sobre os novos discursos intelectuais e oficiais a respeito da identidade nacional durante os anos 1920 e 30? Qual o uso do discurso historiográfico para a ação política dos ativistas negros e da sua produção intelectual autônoma sobre a nação e sobre si?

A partir dos anos 20 do século passado é possível apostarmos que continuou havendo uma constituição de redes e locais de concentração de uma camada intelectual composta por mulatos e negros para pensar e analisar a situação da população afrodescendente e sua situação no país. A criação de um circuito intelectual negro foi um ato de resistência, de enfrentamento ao *establishment* intelectual, instalado nas academias, institutos científicos, órgãos culturais, grandes editoras, faculdades e redações de jornais e revistas de grande tiragem. Mesmo esbarrando nas fragilidades do movimento, da possibilidade de malogro e das dificuldades corriqueiras que a comunidade negra vivia. Ao tentarem a organização da população afrodescendente como meio mais apropriado para a luta pelo reconhecimento de direitos e a busca por igualdade e direitos, desdobraram-se também na reparação ante ao passado escravagista.

acompanhados de muitos outros de menor quilate, mas de grande peso na produção intelectual e na formação de uma opinião pública de fins do Império e durante a Primeira República.

E entre os vários meios de atuar nessa frente, tomar o controle sobre uma escrita de si se tornou ferramenta de luta, pressão e de pedagogia para a causa de luta contra o racismo e de tentar a promoção social dos pretos e mulatos. Escrita essa, publicada nos jornais típicos do movimento negro, ao qual damos o nome de imprensa negra. O destaque da pesquisa nesse momento são os artigos lançados nos jornais *Progresso* e *A Voz da Raça*,³ que deram vazão à investida na escrita da história, dentro de um viés de busca identitária, luta contra o racismo e promoção da ascensão social do negro na sociedade brasileira, partindo para a sua valorização.

Mas também foi no diálogo e posicionamento frente aos novos discursos e novas análises sobre a identidade nacional, e os anteriores consagrados e que lançavam-lhes uma posição refém de sua história, que os intelectuais negros promoveram e incutiram suas opiniões, envolvendo-se ativa e altivamente no debate intelectual e político daquele contexto.

Parte I

Kathryn Woodward ao discutir a formação das identidades, ou a sua invenção, faz uma citação à guerra civil dos Balcãs nos anos 90, entre as várias etnias da ex-Iugoslávia, baseando-se nas memórias do escritor e radialista Michael Ignatieff. O embate e a discussão que se passava a partir daquele conflito, levava à constatação do que significava ser croata ou sérvio. A autora parte do pressuposto de que o que forma as identidades coletivas é um sistema simbólico e de linguagem que incita, repetidamente, à representação do que é, ou daquilo que se torna. Assim, a partir da construção dos símbolos e do uso da linguagem para a representação e fixação das identidades, a ação seguinte é a promoção da admissibilidade e da inadmissibilidade, ou seja, a inclusão e a exclusão do grupo identificável. Lembrando que a identidade só se torna verossímil e crível, a partir do contraste com aqueles que não são a parte

3 Em 1926, foi criado, em São Paulo, o Centro Cívico Palmares (CCP), pelo inglês J.Foyer-Gittens junto com o tenente Antônio Carlos, embora adiante houve um rompimento entre os dois. Nesse ano também foi fundado o jornal *O Progresso* como porta-voz das ações do CCP e do discurso que queria imprimir e pautar. Embora adquirindo um relativo sucesso, a falta de fundos e a cisão entre os dois fundadores, o Palmares foi fechado em 1929 e por conseguinte a publicação chegou ao fim. Mas em 1931, foi fundada a Frente Negra Brasileira, que pretendia ser uma continuidade do Centro, mas com novas pautas, outro arranjo organizativo e sob nova liderança. Em 1933 a Frente lançou seu jornal oficial, *A Voz da Raça*, que foi publicado até 1937, quando a organização é fechada, após o golpe do Estado Novo.

identificável. Como diz a autora, “a identidade é relacional (...), é, assim, marcada pela diferença” (WOODWARD; SILVA, 2003: p. 09). E com as identidades nacionais não seria distinto.

Fazendo a analogia necessária ao nosso objeto, se verificarmos a discussão da nação no Brasil das primeiras décadas do século XX, um imperativo que estimulou a revisitação ao tema, foram os preparativos para o Centenário da Independência do país, em 1922. Além do mais, o término da Primeira Guerra Mundial, de forte apelo nacionalista entre os países envolvidos, balizava mais um ponto a favor da discussão dos nacionalismos e dos seus efeitos materiais e simbólicos que a entrada na década de 20, e o Tratado de Versalhes, não dissipavam. Pelo contrário! O fim do conflito mundial também promovera um outro efeito que alimentava a discussão nacional no país, embora estivessemos longe das principais zonas de guerra e de destruição real. Vários países europeus começaram a dificultar a emigração de suas populações, como esforço de reconstrução de suas economias combalidas, o que provocou um estancamento da entrada maciça de imigrantes no país, fenômeno que ocorrera, com força, até a década anterior.

Comungando da ideia de Woodward que a afirmação das identidades é marcada pelo contexto vivido, e por isso são relacionais, e que “uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos” (WOODWARD, 2003: p. 11), vemos que os discursos na imprensa que os ativistas negros lançaram mão vão ao encontro dessa premissa. Os ativistas fazem um esforço para conformar uma pretensa brasilidade à tão negada história do negro no país. E que segundo eles, deu uma singularidade formativa da sociedade brasileira. Em que os afrodescendentes usaram de estratégias de sobrevivência e criatividade que os permitiu não ser mais africano em território brasileiro, desde o período colonial. Assim, habilitavam-se na construção de identidades múltiplas, que fiaram boa parte do que tinha se tornado o Brasil ao longo do tempo, no campo cultural, econômico, de comportamento social e da diversidade étnica. E a visitação à história era um convite para que a reinvenção do discurso sobre a identidade brasileira em curso também fosse a chave contra o racismo, e a inclusão definitiva dos negros à comunidade nacional.

Na produção do conhecimento historiográfico, a análise dos discursos que legitimam a luta pela memória e pelo passado consiste na articulação entre o aparato documental e a posição do sujeito do discurso num conjunto determinado de relações

de poder, a fim de levantar, problematizar e dar sentido objetivo aos artefatos ideológicos inseridos na narrativa. Assim como conferirmos o real significado dos conceitos correntes nessa época, de igualdade, democracia e cidadania, além é claro da ideia de nação. As décadas de 1920 e 1930 são de intenso debate político e de transformações gritantes, no Brasil e no mundo.

Os sentidos por trás dos conceitos acionados na imprensa negra, na luta contra o racismo e na consolidação de uma identidade coletiva, também se plasam ao contexto e são flexíveis. Para narrar a história da experiência social dos negros e atribuir-lhe de sentido, os conceitos são acionados e amarrados numa narrativa que requer reconhecimento e verossimilhança com o passado ocorrido. Jacques D'Adesky nos lembra também que a partida para a escrita e o deslocamento de novas categorias e a construção de uma outra identidade para si tem a ver com a questão da estima:

A aspiração de ser reconhecido como ser humano corresponde ao valor que chamamos de auto-estima. Ela leva os negros a desejarem libertar-se do estado de inferioridade a que foram relegados e desembaraçar-se das imagens depreciativas de si mesmos. Particularmente, leva-os a lutar contra o racismo que representa, acima de tudo, uma negação da identidade configurada pela negação radical do valor das heranças histórica e cultural de onde advém a discriminação e a segregação. (D'ADESKY, 2005: p. 167)

Assim os produtores dos discursos veiculados pela imprensa negra partiam da sua experiência, do passado recente que ainda fervilhava as expectativas e a realidade da população negra e mestiça no país, procurando dar sentido e buscar a adesão, criar identidade. Reinhart Koselleck lembra-nos que se a vida humana é constituída de experiências, os conceitos são necessários para poder acumulá-las vitalmente, tanto na nossa linguagem quanto no nosso comportamento. E mais: os conceitos na sua metamorfose são passíveis de estimular a mudança. Mudança que nesse momento para os negros significava combater o racismo, superar a situação de miséria e exclusão da grande massa de afro-brasileiros e operar uma nova linguagem de composição para a história do país que os admitissem em grau de positividade.

[...] En el mismo instante en que desplazamos nuestra atención de esta disposición general del ser humano al contenido de los conceptos, a las experiencias concretas y reales captadas mediante conceptos, cuando las experiencias se integran en estos lingüísticamente, en esse momento comienzan los cambios. (KOSSELECK, 2012: p. 30)

A partir desse movimento, se verificarmos a escrita da história pelas mãos dos ativistas negros dos jornais pesquisados, vimos que a redescoberta do passado foi parte integrante e intrigante do processo de *construção da identidade*, e segundo Woodward é um processo que é caracterizado pelo “conflito, contestação e crise”. Precisamos considerá-la no interior dos conjuntos de representações coletivas em que se inscreveram e que as tornaram possíveis, na busca do reconhecimento dos negros enquanto grupo social distinto e como uma etnia contributiva à formação nacional. Mas também como produtora do enredo histórico de conformação da sociedade brasileira com novos conceitos sendo tratados à luz de uma nova escrita sobre si e sobre o passado. E, na medida em que aqui se trata de realizar a análise de discursos sobre o exercício do fazer político, é importante considerar o sistema de signos e símbolos, por meio dos quais os sujeitos em questão acionaram e deram significados à memória que se pretendia coletiva.

No exame de dois jornais da imprensa negra da década de 1920 e 1930, *O Progresso* e *A Voz da Raça*, a análise dos mecanismos de ação pedagógica e persuasão que os artigos de jornais elegidos leva a entendê-los como instrumentos fundamentais que os ativistas usaram para a construção própria do pensamento nacionalista e da tomada da história como discurso de afirmação da nação e da identidade social para os negros e mulatos. Na polifonia existente na rede dos pensadores negros vimos que uma coisa os unificava, além da luta contra o preconceito e a discriminação: reescrever a história do país, pela sua própria ótica e, protagonizando-a como umas das estratégias da reinvenção da nação.

Na escrita da história como instrumento de rememoração, Michel De Certeau lembrará que a contínua repetição é o próprio trabalho da sua diferença e se serve para acionar uma memória esquecida. O pensador, lembrando Walter Benjamin, afirma que a prática escrituraria é, ela mesma, memória. Para De Certeau a escrita da história procede-se para salvar o esquecido, produzindo uma ficção literária destinada a enganar a morte e ter uma função simbolizadora:

permite a uma sociedade situar-se, dando-lhe, na linguagem, um passado, e abrindo assim um espaço próprio para o presente: "marcar" um passado, é dar um lugar à morte, mas também redistribuir o espaço das possibilidades, determinar negativamente aquilo que está por fazer e, conseqüentemente, utilizar a narratividade, que enterra os mortos, como um meio de estabelecer um lugar para os vivos. (CERTEAU: 1982, p.104)

Para o autor, a escrituração histórica empenha-se em construir o verossímil, tal como se envolveram os ativistas negros na imprensa dos anos 20 e 30. Já que operam na redefinição de temas, abordagens, estratégias e de revisão da história nacional, sem tratá-la como ficcional, mas munida de alguma cientificidade e respaldo com outras narrativas sobre a história do país. A intenção era, tal como a tese de De Certeau, preencher as lacunas por onde se denunciaria a perda irreparável da presença, que já era ausência. Já que o discurso intelectual reinante hierarquizava, depreciava, se envergonhava ou silenciava a participação do negro na construção nacional. Alinhavar uma nova concepção de história, abrangente e positiva aos negros, passa assim a ser a pedra de toque do seu ativismo, flagrante nos artigos publicados nos jornais de sua imprensa e como um dos passos para a superação do preconceito racial. Todavia, lutavam para que essa escrita fosse autorizada e compartilhada, já que ela não se fazia pelo lugar presente dos especialistas consagrados e autorizados. Mas mesmo assim se tornava em um discurso historiográfico, ao ser lançado pelas páginas dos jornais da imprensa negra e na operação de passar a limpo o passado, assim como promover uma memória que servisse à identidade coletiva dos negros.

Nesse ponto é importante lembrar o esforço que se fez para alçar e perpetuar lideranças negras ao papel de heróis nacionais. Como o rabula Luiz Gama, que atuou na libertação de diversos negros e negras do cativeiro nos momentos finais do período escravagista. Pela pena da imprensa negra, Gama foi colocado no posto de expressão maior da *raça negra*, “que aparece aos pósteros como um vulto singular de lutador, intrépido, enérgico, clarividente, bravo e generoso, que amava apaixonadamente as plagas auríferas de Cabral, sem escravos(...)”⁴. A promoção insistente do nome de Luiz Gama, levou a Frente Negra Brasileira, a fazer uma campanha para a construção e inauguração de uma estátua em sua homenagem entre o ano de 1931 e 1932, no Rio de Janeiro. Outra ação de relevo de 1931 foi a celebração do provável 270º aniversário da morte de um dos líderes da Insurreição Pernambucana do século XVII, Henrique Dias, em que o artigo em sua homenagem esclarecia o intuito da empreitada:

Seria indispensável, sempre para uma nação conhecer os seus maiores para bem construir no presente e preparar para o futuro. São estas, porém, ideias que povoam, no nosso paiz, limitadíssimo número de cérebros. *Um dos brasileiros que, honrou o Brasil e enalteceu a sua raça*, dentro das suas atividades foi sem duvida o grande guerreiro Henrique Dias. Este valente cabo de guerra, negro, conseguiu com seus homens, expulsar do solo da Patria, os

4 “Em novembro, lança-se a primeira pedra do monumento, que resgatará parte do quanto o Brasil deve a um abolicionista negro” - – Jornal Progresso. 20.09.1931. Anno IV, n.40, p.01

invasores, holandeses. [...] Hoje, transcorre o 270º aniversário de nascimento de Henrique Dias⁵ (*grifo meu*)

Sob o interesse de promoção de uma linhagem de homens negros de vulto para a história nacional que serviriam como mirantes de comportamento e honradez, ainda são lembrados vários outros como José do Patrocínio e João Alfredo, Cruz e Sousa, Zumbi dos Palmares, e até mesmo a luta para a definição de um feriado nacional em 28 de Setembro, que seria dedicado à “Mãe Preta”. A promoção de uma história nacional também negra, alinhavava ícones da literatura, da história militar, da engenharia, da cultura, da imprensa e até mesmo a figura típica do ambiente doméstico colonial, que eram as escravas mucamas, que criavam os filhos das elites brancas, desde o momento da amamentação.

Por outro lado, o samba e a capoeira foram promovidos sob um ponto de vista original e positivo como as principais contribuições da cultura negra à alma nacional. Algo, que se soa familiar e natural hoje em dia, que, contudo, no início do século XX não era. Ainda mais quando falado e lançado por um grupo de negros e mulatos intelectualizados, escrevendo em jornais dedicado ao público negro com uma tiragem de mil a dois mil exemplares, em cada número, num espaço geográfico muito restrito, que é a capital paulista, mas que criava uma circularidade de visões e narrativas que ia além do local de publicação.

O interessante também é notar quais outras personalidades negras foram negligenciadas. Qual a representação de negro que se queria alimentar e explorar? De quais períodos? De quais áreas profissionais ou regiões geográficas? Por sua vez, porque o candomblé e a umbanda não são, sequer lembrados, nos artigos escritos em ambos os jornais? É essa tensão silenciada nos artigos, mas possivelmente existente, é que nos leva a crer sobre o conflito, contestação e crise no processo de construção identitária, da qual diz Woodward. Mas o esforço vai ao encontro das expectativas sociais e intelectuais da promoção positiva de uma nação etnicamente plural, na expectativa da redenção dos negros a um projeto de nação inclusivo. Essas foram as armas que a imprensa negra usou e empunhou.

Stuart Hall lembra que

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso -

⁵ “Henrique Dias” - – Jornal Progresso. 30.08.1931. Anno IV, n.39, p.02.

um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos (...). As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. (STUART HALL: 2003, p.44)

A produção dos discursos identitários negros tentavam conectar o passado com o futuro pelo enlace renovado da ideia de nação, o qual os negros podiam ser incluídos e aceitos como partícipes da construção da sociedade nacional. Fomentar e costurar os discursos de validação positiva da trajetória dos africanos e descendentes no Brasil, passou a ser, portanto, a pedra de toque da ação política do movimento negro no período.

Ficar alheio a esse processo foi coisa que os grupos intelectuais formados por negros e mulatos não mais queriam, e agir pela pena para mudar o quadro de desrespeito e preconceito com que eram tratados era a forma com a qual partiram para a luta política e o convencimento. Por exemplo, isso fica evidente numa querela com o jornal *Fanfulla*, órgão da colônia de imigrantes italianos, que sugeria em um dos seus artigos que o estado de São Paulo fechasse seus limites para a migração interna de negros de outros estados da federação. A resposta do jornal *O Progresso* foi categórica e reveladora:

(...) Refiramo-nos agora ao preto. O preto do Brasil é brasileiro. Está na sua terra e tem a faculdade plena de se locomover para qualquer ponto do território. ‘Depois, os fascistas devem saber que os mulatos que elles tanto aborrecem, forneceram ao Brasil vários luminares na literatura, na sciencias e na arte militar, que honrariam qualquer paiz civilizado. Ahi estão Machado de Assis, Henrique Dias, Juliano Moreira, Paulo Gonçalves, José do Patrocinio, etc. Isto no terreno cultural. Sob o aspecto econômico, antes do europeu aportar ao Brasil, já aqui se desenvolvera uma agricultura graças ao braço negro. Não foi o estrangeiro que derrubou florestas seculares e plantou nosso café, mas sim o prêto. (...)’⁶

Resposta melhor não poderia, e o recurso à história justificava a contraofensiva a proposta discriminatória da colônia italiana. Por sua vez, a cultura política nacionalista, como outras do mundo moderno, deixou suas marcas e efeitos que podem ser consideravelmente tratados à luz da análise dos símbolos, dos comportamentos, dos discursos, das noções acerca do mundo, da construção de expectativas lançadas ao futuro, e na recuperação seletiva do passado na recomposição da escrita histórica. A partir da ação política e intelectual desses homens percebe-se a tentativa de criar um estatuto de verdades compartilhado pelos seus seguidores e promoção de um efeito

6 “Ora, então, nós não estamos na nossa terra?” - *O Progresso*. 31.10.1929. Anno II, n.17, p.02.

duradouro e permanente das noções estandardizadas, o que é próprio do movimento dos nacionalismos.

Parte II

O campo intelectual negro, na promoção de discursos e representações de si e sobre a identidade nacional é objeto instigante e importante para o entendimento do contexto histórico das décadas de 1920 e 1930 no país. Os grupos excluídos da *práxis* política institucional se nutriram e interpretaram as culturas políticas em jogo, as possibilidades de atendimento às suas demandas e expectativas, como receptores e recriadores das utopias.

A construção da ideia de identidade nacional se nutriu também dos sentidos e da imaginação de grupos adotados pelo discurso oficial e intelectual, como desarticulados e inaptos para a autonomia política e a cidadania, muito menos para a autonomia intelectual. Já que houve ações articuladas do movimento negro na busca do reconhecimento e na construção de outros discursos sobre si e sobre a nação, que são independentes dos oficiais, mas dependem da relação e aprovação do Estado e do campo intelectual consolidado para permanecerem e serem ouvidos.

Todavia o mais importante na atuação dos ativistas negros nesse contexto é o seu protagonismo, enquanto sujeito coletivo que expressa uma heterogeneidade e complexidade fluída, que escapa a qualquer essencialismo. Os negros ao falarem de si, sobre si, e para si se autonomizam do lugar de objeto a ser dito, analisado e intermediado por especialistas, pelos sujeitos soberanos, conforme aponta Gayatri Spivak. Os ativistas negros falavam, a partir de então, do seu lugar de subalternidade. Mas falam!

Decerto também e um ponto de relevo é que uma vez que os ativistas investem na contraposição a uma cadeia hegemônica de símbolos e signos que sustentava ideias negativas sobre a população afrodescendente, eles acabavam ficando numa encruzilhada. Primeiro porque tentavam escapar do agenciamento dos intelectuais que falavam sobre a comunidade negra, tomando-os como sujeito coletivo, monolítico e homogêneo, com uma essência imutável e perene, que lhes cobrisse de identidade. Fosse tanto os intelectuais de verniz racista, fosse os especialistas de verniz culturalista, que admitiam positividade na negritude e/ou na mestiçagem do povo

brasileiro. Vejamos o caso de Gilberto Freyre e o estrondoso sucesso editorial da obra *Casa Grande e Senzala*, lançada em 1933.

Por outro lado, na tentativa de destacar sua autonomia e protagonizarem a construção de um discurso de si, pela chave da nação e tomando a história como discurso ratificador de uma nova identidade coletiva, eles caíam na mesma armadilha: vasculhavam e inventavam um novo essencialismo para o que é ser negro, assim como da trajetória dos afrodescendentes no território nacional e a constituição de ex-escravos em brasileiros, e dessa vez alimentando-o de positividade e valorização.

Na empreitada, acabam por tornar eles próprios, agenciadores de outros públicos para o discurso que auferem. Tanto os negros de outras classes sociais ou destituídos da “iluminação” a que chegaram – como pensavam e deixavam claro sua distinção do restante e grosso da população negra. Tanto para a vasta gama de intelectuais especializados – capazes de rechaçar, aderir ou tentarem tomar para si o discurso original encampando por eles. Quanto também para os agentes e agências do Estado-nação.

Isso fica patente num dos artigos dos primeiros números do jornal *A Voz da Raça*, órgão de imprensa da Frente Negra Brasileira. Tratando dos efeitos da Abolição e da sua inocuidade em inserir os ex-cativos à condição de cidadãos e brasileiros, Joaquim Pedro Kiel, de Araraquara, autor da peça, chamava a atenção para o cenário do pós-abolição e a Lei Áurea:

(...) Porém, nenhuma, talvez, se compare, neste particular, à de 13 de Maio de 88 (Lei Áurea). De que cogitou essa lei?! De somente permitir que os pretos, dali em diante, não fossem mais escravos, ou cogitava de integrar na população livre uma grande massa de brasileiros que mais haviam trabalhado pelo progresso e grandeza nacional? (...) Os infelizes cativos eram totalmente analfabetos e o cativoiro cruel os havia quasi irracionalizado, apesar da sua fibra formidavelmente robusta. Ora, o que aconteceu, quando estes pobres homens se viram livres do humilhante servilismo?⁷

A ambiguidade é patente e a crise passa em tentar negociar, no mesmo discurso, a condição material dos ex-escravos à valorização do seu papel de construção nacional. E eis outro problema a ser enfrentado: existe uma perspectiva duradoura e essencialista na investida dos ativistas negros na produção de um discurso histórico que lhes admitisse positivamente, assim como na confrontação com o discurso hegemônico contra si? A investida iluminada de serem os guias da redenção e

⁷ “Frente Negra”. *A Voz da Raça* – n.02 – 25.03.1933, p.04

integração do negro não conferia aos mesmos uma postura imperialista na condução do processo de transição do sistema de signos e da linguagem, que por eles, era a chave para a superação da sua condição e na luta contra a exclusão? No mesmo texto de Kiel, a promessa do que queria ser a Frente Negra Brasileira e as páginas de seu órgão oficial de imprensa, deixa uma resposta:

Por isso, para levar efeito a obra que o governo não quis ou não pode fazer, formou-se em S.Paulo, a “Frente Negra Brasileira”. O fim dessa nobre associação é difundir intensamente a instrução e a civilização, implantar as mais modernas noções de higiene, aperfeiçoar moral e profissionalmente e dar assistência médica eficiente e suficiente para os pretos brasileiros, procurando, sobretudo, infundir-lhes o patriotismo, o amor por esta terra que tanto lhes deve.⁸

Os anos 20 e 30 podem ser um momento de luta e confronto, de fato, das duas tendências: de rejeição e sujeição dos negros ao sistema de símbolos e linguagem que representavam a nação e a outra, antes periférica e isolada que passa se engrandecer, que positivava a contribuição multiétnica de formação nacional, que tinha na presença dos afrodescendentes o seu baluarte e ponto-chave. Não podemos apostar na ideia de que foi uma transição paulatina. E indo ao encontro da pergunta de Spivak, se “pode o subalterno falar?”, e contrariando sua expectativa pessimista à provocação, podemos nos apegar ao efeito de *transitoriedade*, que os discursos dos ativistas negros sobre a história negra do país poderia causar. Ou seja, de que o uso de um outro essencialismo para os negros, fruto do ativismo político e reescrita premente da história, nada mais foi do que uma estratégia que lhes empoderasse e permitisse cavar adesões, e por fim se contrapor ao sistema de signos e significantes anteriores, que dominavam a agenda negativa de representações sobre a população negra e mulata do país.

Lembrando que se Clio, uma das nove musas fruto da união de Zeus com Mnémossine, representa a escrita e a inscrição do passado no presente, por meio do domínio do alfabeto, e por isso se atribui à mesma ser a Deusa da História, pensamos que nortear essas notas de pesquisa a partir desse mito grego – mesmo que lidando com a configuração identitária de negros e mestiços, num país novo dos trópicos, em um contexto da modernidade – é um risco, uma possibilidade e uma provocação.

Àquela altura, nos anos 1920-30 do século passado, “enegrecer” a história-ciência escrita, na maioria das vezes, por homens brancos descendentes de europeus, ou que requeriam essa origem, foi profissão de fé e de luta dos ativistas negros que escreviam pelas páginas de ambos os jornais, abordados aqui nessas notas. A atividade

⁸ “Frente Negra”. *A Voz da Raça* – n.02 – 25.03.1933, p.04

intelectual ali expressa passava do domínio da cultura escrita à rescrição do passado, de renovar a narrativa histórica, e atribui-lhe outros sentidos e fontes, eventos e nomes, que prestassem a um novo sujeito negro: ciente de si, da sua cultura e origem; disposto a lidar com o seu passado e também se promover como pensadores, cidadãos e brasileiros. E não como casos individuais de sucesso e excepcionalidade, mas como um grupo social e étnico valorado, com capacidade de superar e se integrar. Isso se o combate à exclusão e ao racismo fosse posto em prática, por eles mesmos, de maneira ativa, autônoma e protagonista. Já que não eram mais africanos em território nacional, e muito menos não eram mais escravos, já passados cerca de 40 anos desde o fim oficial da escravidão. Uma Clio negra para uma nação multicolor, e majoritariamente negra, se ofereceu como alternativa e experimentação na luta política desse grupo intelectual que operava suas narrativas e entendimentos do mundo nas páginas desses dois órgãos da imprensa negra: *O Progresso* e *A Voz da Raça*.

Referências bibliográficas

- D'ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e antirracismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2005.
- DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- HOFBAUER, Andreas. *Uma história do branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo; Ed. UNESP, 2006.
- KOSSELECK, Reinhart. *Historia de conceptos: estudios sobre semantica y pragmática del lenguaje político y social*. Madrid: Editora Trota, 2012.
- REMOND, René. *Por uma História política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- SANTOS, Joel Rufino. “O Movimento negro e a crise brasileira”. *Política e Administração*. Rio de Janeiro. v.2, n.2, jul./set. 1985. pp.287-307.
- SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- _____. “Estudios de Subalternidad: Deconstruyendo la historiografía”, trad. de Ana Rebeca Prad y Silvia Rivera Cusicanqui de “*Subaltern Studies: Deconstructing Historiography*”, en *Subaltern Studies VI: Writings an South Asian History and Society*, Delhi, Oxford University Press, 1985, pp. 330-363.

STUART HALL, J. *A identidade cultural na pós-modernidade*. São Paulo: DP&A Editora, 2003.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. pp. 07-72.

João Paulo Lopes: Doutorando do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pesquisador do Laboratório de Estudos das Diferenças e Desigualdades Sociais (LEDDES/UERJ), atualmente é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas.

Artigo recebido para publicação em: outubro de 2016

Artigo aprovado para publicação em: novembro de 2016

Como citar:

LOPES, João Paulo. Clio negra para uma nação multicolor: a escrita da história na imprensa negra-1926-1937. **Revista Transversos**. “**Dossiê Resistências: LEDDES 15 anos**”. Rio de Janeiro, n.º. 08, pp. 185-200, ano 03. dez. 2016. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2016.26541